



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

SENTENÇA

Processo nº: **1005583-42.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Herdeiro: **Ana Maria Candido da Silva, Eva Vilma da Silva Rodrigues, Valdirene Cristina da Silva, Adão Francisco da Silva e Anderson Cesar Silva**
 Autor da Herança (Passivo): **Eloi Francisco da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fernando de Oliveira Mello**

Vistos.

Trata-se de alvará aforado por *Ana Maria Candido da Silva*. Busca a autora autorização para levantamento de valores depositados em conta junto à agência da Caixa Econômica Federal, referente ao saldo disponível na conta do FGTS vinculado ao PASEP, e em conta junto à agência do Banco do Brasil S/A, referente ao PASEP, em nome de *Elói Francisco da Silva*, falecido em 01/01/2011. Tais valores foram, por ordem deste Juízo, transferidos para conta judicial vinculada ao presente feito (fls. 61 e 71).

A herdeira *Eva Vilma da Silva Rodrigues* foi devidamente citada da ação (fls. 43), deixando de apresentar impugnação.

Os demais herdeiros *Valdirene Cristina da Silva, Adão Francisco da Silva e Anderson César Silva* foram citados por edital (fls. 125), deixando fluir *in albis* o prazo para impugnação. Foi nomeado Curador Especial, que contestou a ação por negativa geral (fls. 133).

O Ministério Público deixou de apresentar manifestação nos autos, por inexistir herdeiros menores e incapazes (fls. 141).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Relatei. Passo a decidir.

A autora comprovou nos autos sua qualidade de esposa do falecido.

Fora juntada certidão de inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social (fls. 33).

Como a requerente era casada com o de cujus sob o regime da comunhão parcial de bens e não é ascendente dos herdeiros do de cujus, as quantias depositadas em conta judicial serão divididas em partes iguais entre a requerente e os herdeiros (Art.1832 do Código Civil), conforme decisão de fls. 52.

Ante o exposto, ACOLHO o pedido inicial e DEFIRO o levantamento da cota parte cabente à requerente do valor depositado judicialmente às fls. 61 e 71. O saldo remanescente deverá permanecer depositado em conta judicial vinculada ao presente feito, para oportuno levantamento.

Consigno que referidos valores são isentos de recolhimento de ITCMD (art.6º, inc. I, letra "d", da Lei n.10.705/2000).

Arbitro honorários em favor do Advogado nomeado as fls. 16, nos termos do convênio entre OAB/DPE, no valor máximo da tabela.

Após o trânsito em julgado, expeçam-se guia de levantamento e certidão de honorários, que ficarão à disposição do interessado para retirada em Cartório e pelo sistema SAJ, por 10 dias.

Oportunamente, arquivem-se.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 10 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**